

Estudantes indígenas nas universidades públicas brasileiras: análise a partir das produções de dissertações e teses

Resumo

Este estudo analisa pesquisas sobre a presença indígena no ensino superior público brasileiro, a partir de teses e dissertações buscadas em bases de dados do país, no período temporal de 2001 a 2012. As análises das produções indicam que os temas estudados com maior recorrência são: o ingresso de estudantes indígenas (modelos de implantação das políticas, processos seletivos para ingresso) e questões relacionadas à permanência desses estudantes (programas de apoio financeiro e pedagógico, relação institucional com os estudantes, ações de acompanhamento, desafios institucionais na garantia da permanência). Observamos que, mesmo considerando algumas diferenças no modelo do acesso adotado pelas instituições analisadas, é possível verificar que a presença indígena no ensino superior representou principalmente uma autorreflexão sobre o fazer da universidade, seu papel social e sobre suas práticas pedagógicas. A análise aponta, ainda, que a permanência dos estudantes indígenas se configura como um grande desafio para as universidades e que o diálogo e a postura aberta e receptiva à contribuição dos saberes e conhecimentos indígenas nestas instituições pode ser um primeiro passo para processos de interculturalidade no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Indígenas. Políticas de Ações Afirmativas. Universidade Pública. Ensino Superior.

Michele Barcelos Doebber

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
micheledoebber@yahoo.com.br

Patrícia Oliveira Brito

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
patyobrito@gmail.com

Introdução

Este trabalho parte do desafio de fazer um Estado da Arte da presença indígena no ensino superior público brasileiro com o objetivo de conhecer as pesquisas produzidas, suas bases teóricas e metodológicas, bem como o estado atual de implementação de políticas afirmativas para ingresso de estudantes pertencentes aos povos originários nas universidades públicas brasileiras. Pesquisas dessa natureza, “são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar” (FERREIRA, 2002, p. 258).

O estudo partiu do mapeamento no Banco de Teses da CAPES¹, de busca no site Domínio Público² e em páginas virtuais de grupos de pesquisa com enfoque na educação indígena. As palavras-chave utilizadas para a busca foram: indígenas, ensino superior público, ações afirmativas, universidade. Após esta triagem, buscou-se trabalhos que tratassem especificamente do acesso e permanência de indígenas no ensino superior em cursos regulares em universidades Estaduais e Federais. Priorizou-se a leitura de seus resumos, introduções e conclusões observando os principais temas abordados, a metodologia utilizada em cada pesquisa, bem como as conclusões sobre o estudo³.

Consideramos o período a partir de 2001, ano de implementação do primeiro programa de reserva de vagas para estudantes indígenas em cursos regulares de ensino superior público no Brasil, com a experiência pioneira do estado do Paraná, que instituiu a reserva de três vagas para serem disputadas pelas sociedades indígenas paranaenses, em todas as universidades estaduais (UNIOESTE, UEM, UEL, UEPG, UNICENTRO, UENP, UEP). As buscas se alongaram até o ano de 2012, marco de uma nova relação do Estado brasileiro com a política de ações afirmativas nas Universidades Federais e Instituições Federais de Ensino Técnico de nível médio, inclusive para os povos indígenas. A

¹ CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

² Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

³ Também foi necessário adentrar a outras partes de alguns dos trabalhos para buscar as informações necessárias para o estudo. Dois trabalhos, dos dez analisados, não foram encontrados na íntegra, permitindo somente a análise dos resumos.

promulgação da Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, intitulada Lei de Cotas, encerra a discussão e os questionamentos quanto ao mérito da implantação de mecanismos de acesso e permanência de autodeclarados negros e índios nas Universidades Federais brasileiras, instituindo o caráter obrigatório da adoção de tais políticas que, anteriormente, dependiam da iniciativa de cada instituição. Contudo, é pertinente ressaltar que a atual lei federal não põe termo aos desafios que a efetiva presença indígena nestes espaços impõe, ela apenas garante o direito formal destes povos ao acesso ao ensino superior. A garantia das condições materiais, através das ações de apoio à permanência se configura uma nova etapa de importantes discussões e elaborações no cenário destas instituições.

Apresentamos na sequência um resumo da situação nacional das políticas de ingresso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior nesse período, contextualizando a análise das produções.

Conforme se verifica em Paladino (2013), o Brasil dos finais de 1990, mantinha a educação superior indígena fora de qualquer agenda de governo. Ainda na reflexão da autora, mesmo havendo estudantes pertencentes aos povos originários⁴ graduados neste período, muitos deles, lideranças do movimento indígena, parecia mais urgente naquele momento resolver as questões da educação básica. A Constituição Federal de 1988 pode ser considerada um divisor de águas para povos indígenas brasileiros, pois “produziu uma virada conceitual que alterou significativamente as relações do Estado com os povos indígenas” (BONIN, 2008, p. 99). A Constituição rompe oficialmente com a política de tutela e integração, reconhecendo pela primeira vez o direito às formas de organização social dos povos originários, línguas, usos e costumes tradicionais e o direito à educação escolar bilíngue e diferenciada.

A partir daí muitas regulamentações começam a ser criadas, visando garantir o direito à educação escolar específica e diferenciada dos povos indígenas. Porém, a

⁴ Destaca-se que o termo indígena ou índio aqui apresentado não ignora a existência de diferentes etnias. Pauta-se na reflexão de Baniwa (2006) que explica que o termo indígena foi mantido pelo movimento indígena como forma de fortalecer uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras.

presença de estudantes indígenas no ensino superior é um fenômeno recente, tendo se dado inicialmente através de convênios entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e algumas instituições privadas e comunitárias, desde o início da década de 1990. O Programa Universidade para Todos (PROUNI), do Governo Federal, também tem sido, desde 2004, uma importante porta de entrada para tais estudantes em instituições de ensino superior- IES privadas, além da criação do Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas PROLIND, criado pelo MEC. Além da necessidade de formação de professores indígenas, a demanda por ensino superior se evidencia na necessidade de ter quadros formados para realizar a interlocução com a sociedade envolvente e ocupar cargos hoje ocupados por não indígenas na condução de políticas governamentais.

O ingresso de indígenas no ensino superior público atualmente tem se dado com maior impacto através de dois vieses de experiências: cursos específicos e diferenciados, como mencionamos anteriormente, e vagas especiais ou suplementares em cursos regulares, objeto desse estudo. Antes da promulgação da Lei Federal 12.711/2012, cerca de 50 IES desenvolviam ações voltadas à política de ingresso de estudantes indígenas, por meio de vagas reservadas ou suplementares, ou ainda licenciaturas interculturais, o que em boa parte das situações garantiu o ingresso efetivo deste público nas universidades (AMARAL, 2010).

Segundo Lima (2012), a população indígena no Brasil está distribuída em 230 povos, falando 180 línguas distintas, presentes em todos os estados da Federação. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵ - Censo 2010 – revelam que a população de autodeclarados indígenas no Brasil é de 817.963, compondo aproximadamente 0,4% do número total de brasileiros.

Quanto ao montante da população indígena que cursa o ensino superior, havia uma estimativa de imprecisamente 1.300 estudantes neste nível de ensino no ano de 2004. A partir do cumprimento de determinações do Plano Nacional de Educação e de outras diretrizes que consolidavam os direitos indígenas a uma educação intercultural, bilíngue e diferenciada por parte do Ministério da Educação - MEC, na criação de cursos

⁵ Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em 05 abr. 2014.

de licenciatura intercultural e implantação da política de ações afirmativas, MEC e movimentos indígenas avaliam que existem atualmente em torno de 8.000 estudantes indígenas no ensino superior (LIMA, 2012).

Considerando esse quadro que apresenta sucintamente a presença indígena no ensino superior, passamos na próxima seção à análise das produções acadêmicas sobre o tema.

Análise das produções

A pesquisa nas bases de dados a partir das palavras-chave escolhidas apontou a existência de dez trabalhos versando sobre políticas específicas de ingresso de indígenas no ensino superior público em cursos regulares, sendo dois trabalhos de doutorado e oito, de mestrado. As instituições pesquisadas encontram-se em cinco estados da federação, quais sejam: Paraná, compreendendo quatro trabalhos; São Paulo, dois; Tocantins, dois; Amazonas, um; e Mato Grosso do Sul também com um trabalho. As IES do estado do Paraná foram as mais pesquisadas na amostra de trabalhos selecionados, provavelmente por ter sido pioneiro na implementação de política específica para ingresso de estudantes indígenas no ensino superior e possuir maior trajetória de experiência no ingresso e ações de permanência de estudantes, em função da Lei Estadual N° 13.134/2001.

As pesquisas desenvolvidas distribuem-se nas áreas de conhecimento da seguinte forma: Educação (sete trabalhos), Ciências Sociais (dois trabalhos), Multidisciplinar - Avaliação de Políticas Públicas (um trabalho). A maioria dos trabalhos discute a implantação dos programas de ingresso de indígenas e aspectos referentes à permanência dos estudantes de modo geral, enquanto poucos se centram em questões mais específicas como, por exemplo, a relação entre os saberes acadêmicos e indígenas.

Mesmo que o ano inicial de busca tenha sido o de 2001, os trabalhos produzidos nessa temática começam a aparecer somente no ano de 2007, distribuindo-se temporalmente do seguinte modo: 2007, um trabalho; 2008, um trabalho, 2010, cinco trabalhos; 2011, dois trabalhos e 2012, um trabalho. O fato de metade dos trabalhos terem

vido concluídos no ano de 2010 pode ser explicado por este ser o período onde boa parte dos estudos sobre a implementação das políticas de ações afirmativas estarem sendo concluídos, já que 2008, dois anos antes, foi o ano de maior impacto na adesão das universidades públicas do país à políticas afirmativas para ingresso em seus cursos. Daflon, Feres Júnior e Campos (2013) explicitam esse dado quando mostram que, entre os anos de 2003 a 2007, dezoito universidades federais aprovaram algum tipo de programa de ações afirmativas. Em comparação, só no ano de 2008 doze universidades federais instituíram alguma política nesse sentido.

A metodologia utilizada nas pesquisas analisadas é basicamente de caráter qualitativo, tendo sido destacado o uso da pesquisa bibliográfica em todas elas. Em algumas se observa o uso de dados quantitativos que contribuem na análise qualitativa. Praticamente a totalidade das pesquisas utiliza-se de algum instrumento de coleta de informações com os estudantes indígenas, sendo por meio de entrevista, questionário, grupo focal ou reuniões. Estes instrumentos são escolhidos com o objetivo de analisar o tema investigado através da perspectiva dos próprios sujeitos da política. Somente uma das dez pesquisas não refere este tipo de abordagem. Neste mesmo sentido também foram utilizadas, mas em um número menor de pesquisas (três), questionários e entrevistas com gestores, professores e técnicos das universidades. Uma das pesquisas aplicou questionários também com estudantes não indígenas com o objetivo de “possibilitar a análise comparativa dos dados de acesso, ingresso e permanência dos estudantes da universidade” (PEREIRA, 2011, p. 24).

Também é possível observar o predomínio da análise documental, tendo esse tipo de análise sido referida em quatro trabalhos. Além disso, é interessante destacar que pelos menos três pesquisas foram realizadas por pessoas que estavam atuando como servidores das universidades, o que pode denotar um envolvimento e conhecimento profundo do tema estudado.

Em uma análise mais geral das pesquisas é possível perceber que estas focalizam, basicamente, duas questões centrais: o ingresso de estudantes indígenas (modelos de implantação da política, processos seletivos para ingresso) e questões relacionadas à permanência desses estudantes (programas de apoio financeiro e pedagógico, relação

institucional com os estudantes, ações de acompanhamento, desafios institucionais na garantia da permanência). Outro tema, com menor recorrência nos trabalhos analisados, mas de grande importância, diz respeito aos desafios que o estudante indígena encontra depois de formado, na busca por um emprego e retorno para a comunidade.

Modelos de ingresso

Boa parte dos trabalhos analisados destinam um capítulo todo para tratar da implementação da política de ação afirmativa indígena na instituição e da forma como ocorre o ingresso na mesma. As instituições dividem-se entre duas trajetórias diferentes na adoção de política de ingresso indígena: aquelas motivadas por lei estadual (como no estado do Paraná) ou por decisões internas dos conselhos universitários das próprias instituições, como no caso da Universidade Federal de Tocantins.

Quanto ao formato da política, caracterizam-se por possuírem um percentual reservado nas vagas já existentes ou por criação de vagas suplementares para ingresso indígena. E ainda, sobre a forma de ingresso dividem-se entre aquelas que se utilizam do processo seletivo já existente, na forma de concurso vestibular universal, ou criação de processo seletivo específico para ingresso indígena, com prova diferenciada. Essas características podem ser observadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Síntese dos formatos dos programas de ingresso indígena nas instituições pesquisadas

Instituição pesquisada	Início	Fonte de implementação	Formato do Programa	Processo seletivo
Universidades do estado do Paraná	2002	Lei Estadual nº. 13.134 de 2001. Substituída pela Lei nº 14.995/2006.	2001- Reserva de três vagas em cada instituição. 2006- Seis vagas suplementares para estudantes Indígenas em cursos de graduação em cada instituição.	Vestibular específico
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	2008	Portaria GR nº 695/07, de 06 de junho de 2007	Uma vaga suplementar anual em cada curso de graduação presencial e na Educação à Distância.	Vestibular diferenciado
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	2005	Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Nº 3A/2004.	5% do total das vagas em todos os cursos e campi da UFT.	Vestibular Universal
Universidade do	2005	Lei Estadual Nº 2894	Percentual de vagas, por curso, no	Vestibular

Estado do Amazonas (UEA)		de 31 de maio de 2004	mínimo igual ao percentual da população indígena na composição da população amazonense, para serem preenchidas exclusivamente por candidatos indígenas do Estado do Amazonas.	Universal
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)	2004	Lei Estadual N° 2.589 de 26/12/2002	10% de reserva de vagas para indígenas, estabelecido pelo Conselho Universitário da UEMS.	Vestibular Universal

Produzido pelas autoras a partir das Teses e Dissertações analisadas no estudo e de busca nos sites das universidades e seus editais.

Uma questão interessante destacada nos trabalhos é que se, por um lado, a criação das políticas de ações afirmativas para ingresso indígena nas diferentes instituições decorreu da reivindicação da população indígena pelo acesso à educação superior, por outro, observa-se pouco espaço de participação da comunidade indígena na formulação e acompanhamento das políticas, como no caso do Paraná, exemplificado por Paulino (2008): “Nas entrevistas foi explícita a ausência de participação das comunidades indígenas no processo de formulação e aprovação desta lei” (p. 44). O único momento em que lideranças indígenas e FUNAI foram efetivamente demandadas foi na certificação da condição indígena dos candidatos ao vestibular. No caso das universidades paranaenses é necessária a apresentação, dentre outros documentos, da declaração assinada pelo cacique e pelo chefe do posto indígena local, comprovando que o candidato reside ou residiu no mínimo dois anos em Terras Indígenas do Estado do Paraná. No caso da UFSCAR as comprovações de etnia também deveriam ter a chancela da FUNAI e de lideranças da etnia declarada. Para a UFT bastava a declaração da FUNAI.

É percebido ainda que o reconhecimento da pouca familiaridade com as questões indígenas por parte das instituições trouxe grandes desafios na implantação destas políticas, conforme trazido por Dal’Bó (2010) ao apresentar o processo da UFSCAR: “A maioria dos professores desta comissão não tinham experiência com a temática indígena, desse modo, os poucos que tinham sugeriram textos e trabalhos da área para auxiliá-los nesta tarefa” (p. 46). “[...] de um modo geral, havia muitas dúvidas sobre o que seria um vestibular específico para estudantes indígenas” (p. 47).

Mesmo considerando algumas diferenças no modelo do acesso adotado pelas instituições analisadas é possível verificar que a presença indígena no ensino superior representou principalmente uma autorreflexão sobre o fazer da universidade, seu papel social e sobre suas práticas pedagógicas ainda homogêneas.

Desafios e possibilidades para a permanência

De forma ampla, os trabalhos apontam que a ênfase principal dos programas de acesso indígena, em um primeiro momento, tem se centrado no ingresso, ficando secundarizada a questão da permanência. Nesse sentido, os autores apresentam uma série de argumentos que justificam a preocupação com o momento inicial do percurso: “se o acesso se dá de forma diferenciada, as condições de permanência têm que ser adequadas para os que ingressarem” (PAULINO, 2008, p. 148). Os autores também destacam as singularidades destes alunos que “têm um perfil muito próprio, diferente dos acadêmicos que as universidades públicas estão acostumadas a receber” (NOVAK, 2007, p. 132). Como referem os autores, são alunos muitas vezes com idades acima da média dos demais, com condições econômicas, culturais e históricas diferenciadas. Possuem suas particularidades regionais e formas coletivas de organização (PEREIRA, 2011). Por tais motivos, os autores destacam ser necessário que as universidades, além de ampliarem as suas ações, qualifiquem as já existentes, conformando “políticas públicas de ensino superior voltadas efetivamente a esses sujeitos e sensíveis aos pertencimentos por eles construídos” (AMARAL, 2010, p. 10).

Um dos temas mais abordados nas pesquisas trata-se dos programas de apoio aos estudantes indígenas, que se efetivam ou não através de auxílios financeiros, bolsas acadêmicas, programas de orientação e monitoria, dentre outros. Os trabalhos indicam a existência dessas ações em algumas das universidades, porém com muitas fragilidades e insuficiências para a necessidade específica dos estudantes indígenas. Nesse sentido Pereira (2011), ao afirmar que verificou a inexistência de uma “política planejada de acesso e permanência dos indígenas na instituição, que conduza a um bom desempenho acadêmico, e conseqüentemente, à formação com qualidade” (p. 9), aponta alguns fatores que facilitariam a permanência material dos estudantes: “construção de

restaurante e residência universitária em todos os Campi, recursos para a locomoção do estudante indígena da aldeia à Universidade, dentre outros” (p. 9).

Já outros autores apontam avanços institucionais significativos desde a implantação da política de ingresso indígena nas universidades no sentido da política de permanência, tais como a criação de programa de monitoria indígena, a ampliação da oferta de bolsas permanência, a criação de grupos de trabalho indígena (CARVALHO, 2010; PEREIRA, 2011).

Vale a pena referir que, a partir de 2008, as universidades públicas federais passaram a implementar o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através de repasse de recursos da união para as universidades. O PNAES não faz nenhuma referência direta à assistência dos estudantes indígenas, mas tem sido uma importante estratégia para proporcionar alguns elementos essenciais à manutenção desses estudantes nas referidas instituições de ensino. Configurando uma política mais sólida e direcionada, em 2013 o Ministério da Educação (MEC) institui o Programa de Bolsas Permanência com o objetivo de viabilizar a permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, dentre eles os indígenas. A partir desse momento os estudantes indígenas passam a ter direito a uma bolsa diferenciada, sendo o dobro do valor da bolsa dos demais estudantes, que se justifica em “decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal” (Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013).

A existência de comissões e grupos de trabalho nas universidades com o papel de gestão do programa de ingresso e permanência indígena é destaca pelos autores como de suma importância. São destacados, por exemplo, o Grupo Gestor da UFSCAR, que faz reuniões mensais com os estudantes indígenas (JODAS, 2012), e a relevância da CUIA (Comissão Universidade para os Índios) que se constitui em uma comissão interinstitucional para o acompanhamento dos estudantes de todas as universidades estaduais do Paraná (PAULINO, 2008).

Paladino (2013, p. 110), salienta a “importância da multiplicação de núcleos de apoio dentro das universidades [...] que possam acompanhar de forma qualificada a população indígena, em termos pedagógicos, culturais e políticos, de modo a garantir sua permanência e sucesso no ensino superior”. Para Baniwa (2010) que, como importante intelectual indígena, vem acompanhando o movimento nacional da educação escolar indígena, incluindo o ensino superior, o interesse dos povos indígenas ao ocuparem espaço no ensino superior

está relacionado à aspiração coletiva de enfrentar as condições de vida e marginalização, na medida em que veem a educação como uma ferramenta para promover suas próprias propostas de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de seus conhecimentos originários e do incremento de suas capacidades de negociação, pressão e intervenção dentro e fora de suas comunidades. (p. 8).

Assim, percebendo um descompasso entre o interesse dos povos indígenas e a lógica acadêmica, muitos trabalhos apontam como desafio a necessidade de mudança na dimensão pedagógica das instituições, através da “capacitação específica de professores e dirigentes universitários para o trabalho com indígenas” (PAULINO, 2010, p 149); da “revisão de conteúdos, métodos e modelo educacionais na universidade, no sentido da escola indígena diferenciada” e a “formação dos professores para maior conhecimento sobre questões da história e cultura indígena, em relações étnico-raciais” (JODAS, 2012, p. 126); da implementação de “medidas de avaliação direcionadas ao acompanhamento pedagógico desse aluno, incentivando a pesquisa e à participação em eventos que contribua com a sua formação” (PEREIRA, 2011, p. 151).

Tal análise aponta que a permanência dos estudantes indígenas se configura como um grande desafio para as universidades e que o diálogo e a postura aberta e receptiva à contribuição dos saberes e conhecimentos destes povos nas instituições pode ser um primeiro passo para processos de interculturalidade nas universidades.

Conclusão

A análise dos trabalhos nos permite afirmar que no Brasil a política de ações afirmativas para indígenas no ensino superior ainda precisa enfrentar importantes desafios. Um deles talvez seja a compreensão e afirmação por parte das universidades do duplo pertencimento acadêmico e étnico-comunitário vivido pelos estudantes indígenas, expresso por Amaral (2010) defendendo que tal reconhecimento é condição necessária para a permanência desses estudantes. Para ele, “a construção da condição desse duplo pertencimento é devida tanto à trajetória acadêmica percorrida por mérito próprios dos acadêmicos indígenas quanto ao apoio familiar e a expectativa de sua comunidade de origem” (resumo).

Há mais de dez anos da primeira experiência analisada, foi percebido que o número de universitários indígenas aumentou consideravelmente, mas ainda é imprescindível dispensar esforços no aprimoramento das ações de permanência, tanto as materiais como a revisão pedagógica das instituições, que são as que podem ser construídas com os estudantes, e as que precisam ser implementadas junto aos técnicos e docentes, carentes de discussão desta temática.

Existem fortes motivos para que se afirme que a política de ações afirmativas nas Instituições Federais de Ensino Superior, de modo especial as políticas para povos indígenas, foco deste estudo, se encaminha para a sua consolidação enquanto uma política de Estado, contudo os desafios não se restringem aos espaços destas instituições. É preciso estender a política de cotas para os espaços de trabalho em que estes futuros profissionais irão atuar, bem como para o alcance de níveis de ensino de pós-graduação, seguindo o exemplo da Universidade Federal do Tocantins que oferece reserva de vagas para candidatos indígenas em cursos de Mestrado e Doutorado⁶.

⁶ Disponível em: <<http://www.uft.edu.br/ciamb>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

Referências

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2012

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano; HOFFMANN, Maria Barroso; OLIVEIRA, João Cardoso de. **Olhares indígenas contemporâneos**. Brasília, DF: Centro Indígena de Pesquisas, 2010.

BONIN, Iara Tatiana. Educação escolar indígena e docência: princípios e normas na legislação em vigor. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Org.). **Povos indígenas e educação**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p. 95-104.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. **Ações afirmativas raciais no Ensino Superior Público Brasileiro: um panorama analítico**. In: Cadernos de Pesquisa. v. 43 n.148 p.302-327 jan./abr. 2013

FERREIRA, N.S. de A. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. In: Educação & Sociedade. n. 79, ago. 2002.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Povos indígenas e ações afirmativas: as cotas bastam?** In: Opinião N5. Rio de Janeiro, setembro de 2012.

PALADINO, Mariana. Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; NABARRO, Edilson; BENITES, Andréa (Orgs.). **Estudantes Indígenas no Ensino Superior uma abordagem a partir da experiência na UFRGS**. Porto Alegre- RS, Ed. UFRGS, 2013.

Trabalhos analisados:

AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Tese de Doutorado. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, 2010.

ANGNES, Juliane Sachser. **O ensino superior para os povos indígenas: ingresso/permanência/desistência/ conclusão dos estudantes indígenas da universidade estadual do centro oeste (Unicentro)**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2010.

ATHAYDE, Fernando Luís Oliveira. **Ações afirmativas, cotas e a inserção de acadêmicos indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS, 2010.

CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de. **A política de cotas da Universidade Federal do Tocantins: concepção e implicações para a permanência dos estudantes indígenas**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia/GO, 2010.

DAL BÓ, Talita Lazarin. **Construindo pontes: o ingresso de estudantes indígenas na UFSCar, uma discussão sobre “cultura” e “conhecimento tradicional”**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP, 2010.

ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. **As quotas para indígenas na Universidade do Estado do Amazonas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. 2011.

JODAS, Juliana. **Entre diversidade e diferença: o Programa de Ações Afirmativas da UFSCar e as vivências dos estudantes indígenas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP, 2012.

NOVAK, Maria Simone Jacomini. **Política de ação afirmativa: a inserção dos indígenas nas Universidades Públicas Paranaenses**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá/PR, 2007.

PAULINO, Marcos Moreira. **Povos Indígenas e Ações Afirmativas: O caso do Paraná**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2008.

PEREIRA, Cícero Valdiêr. **Política de acesso e permanência para estudantes indígenas na universidade: avaliação da política de cotas da Universidade Federal do Tocantins (UFT)**. Dissertação de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE, 2011.